



CÂMARA MUNICIPAL DE
URUGUAIANA
LEGISLATIVO ACTANTE, DEMOCRACIA FORTALECIDA

PROJETO DE LEI Nº 103, DE 02 DE JULHO DE 2025

Institui a divulgação, no portal oficial da prefeitura de uruguaiana, das informações sobre o estoque e o fornecimento mensal de medicamentos disponibilizados nas unidades de farmácia da rede pública municipal.

Art. 1º Esta Lei determina a obrigatoriedade da publicação, no portal eletrônico oficial da Prefeitura de Uruguaiana, de informações referentes ao fornecimento mensal e à quantidade em estoque de medicamentos disponíveis nas farmácias que integram a rede pública municipal de saúde.

Art. 2º A listagem dos medicamentos disponibilizados nas farmácias públicas deverá conter, no mínimo, os seguintes dados:

- I – denominação química da substância;
- II – nome genérico do medicamento;
- III – total de unidades disponíveis no sistema municipal;
- IV – quantidade por unidade de atendimento ou farmácia municipal;
- V – endereço e horários de funcionamento de cada estabelecimento de dispensação;
- VI – data e hora da última atualização das informações.

Parágrafo único. A atualização das informações mencionadas deverá ocorrer diariamente, especialmente no que diz respeito às quantidades de medicamentos em estoque.

Art. 3º De forma mensal, deverá ser publicado relatório consolidado contendo os nomes dos medicamentos distribuídos e as respectivas quantidades totais fornecidas no período, acessível no portal eletrônico da Prefeitura.

Art. 4º Sempre que houver indisponibilidade temporária ou definitiva de medicamento, seja por motivo de descontinuação comercial, desabastecimento, suspensão de



CÂMARA MUNICIPAL DE
URUGUAIANA
LEGISLATIVO ATUANTE - DEMOCRACIA FORTALECIDA

fabricação, problemas regulatórios ou logísticos, a administração pública, deverá comunicar, de forma clara e acessível, os motivos da ausência do medicamento ao público e aos profissionais de saúde. A comunicação referida deverá conter, no mínimo:

- I – nome comercial e nome genérico do medicamento afetado;
- II – motivo da indisponibilidade;
- III – previsão estimada de normalização do fornecimento, quando aplicável;

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação oficial.

Manoela Rosa Couto
Bancada do PDT



CÂMARA MUNICIPAL DE
URUGUAIANA
LEGISLATIVO ATIVANTE, DEMOCRACIA FORTALECIDA

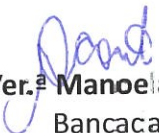
JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa instituir, no portal oficial da Prefeitura de Uruguaiana, a divulgação das informações sobre o estoque e o fornecimento mensal de medicamentos disponibilizados nas unidades de farmácia da rede pública municipal. Tal medida tem como base a busca por maior transparência, eficiência na gestão da saúde pública e respeito ao princípio constitucional da publicidade.

A iniciativa encontra respaldo em jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal, que, ao julgar o **Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.436.429**, reconheceu a **constitucionalidade da Lei Municipal nº 14.120/2022, do Município de São José do Rio Preto**, a qual dispõe justamente sobre a obrigatoriedade da divulgação, em meio eletrônico, do estoque de medicamentos disponíveis na rede pública. O STF, ao tratar do **Tema de Repercussão Geral nº 917**, reafirmou a importância da transparência como instrumento de controle social e de efetivação do direito à saúde.

Dessa forma, a presente proposição segue os mesmos fundamentos daquela norma reconhecida como constitucional, visando garantir aos cidadãos de Uruguaiana o acesso fácil e claro a informações relevantes sobre a disponibilidade de medicamentos. Além de evitar deslocamentos desnecessários e frustrações por falta de insumos, essa divulgação fortalece o controle social e contribui para uma gestão mais responsável e eficiente dos recursos públicos.

Trata-se, portanto, de uma medida que alinha o Município de Uruguaiana às boas práticas de administração pública, promovendo o respeito aos direitos dos cidadãos e reforçando o compromisso com a transparência e a legalidade.


Ver.ª Manoela Rosa Couto
Bancada do PDT